A cúpula de Shenzhen e a nova ordem mundial

Sergio Victor Tamer

Academia Maranhense de Cultura Juríc .org/0000-0003-1042-298X



Sergio Tamer é professor e advogado, presidente do Centro de Estudos Constitucionais e de Gestão Pública – CECGP; da Academia Maranhense de Cultura Jurídica, Social e Política – AMCJSP; e membro da Academia Maranhense de Letras Jurídicas – AMLJ

À margem da cúpula da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), Donald Trump, Vladimir Putin e Xi Jinping reuniram-se em Shenzhen, na China, ocasião em que, em declaração conjunta, foi defendida a reforma da ONU; proposta a ampliação da oferta de derivados de petróleo; invocado o consentimento dos Estados e as imunidades de seus agentes ao tratar do Tribunal Penal Internacional; além da previsão de um diálogo sobre redução do risco nuclear. Embora o texto tenha ficado no terreno das intenções, o fato político que queremos realçar foi a disposição de três membros permanentes do Conselho de Segurança de formular, entre si, propostas que dizem respeito a todos os países. [1,2]

CC BY 4.0



Em janeiro, no artigo que escrevi sobre “A formação de uma nova ordem mundial”, publicado nesta página do CECGP, sustentei, a partir do caso venezuelano, que as grandes potências voltavam a usar a força militar e o peso econômico para redefinir suas áreas de influência, enquanto a ONU perdia espaço na solução de conflitos. Shenzhen, agora, nos dá corpo a uma parte daquela hipótese. A ordem que começa a tomar forma é multipolar na distribuição do poder e seu caráter multilateral dependerá de quem participa da decisão e das regras a que os mais fortes aceitam se submeter. Essa a realidade que ficou evidenciada.

O lugar da ONU e do direito internacional

O diálogo nuclear é o ponto em que a cooperação tem maior potencial de benefício comum. O tratado New START, entre Estados Unidos e Rússia, expirou em fevereiro de 2026. Incluir a China numa conversa continuada sobre redução de riscos pode abrir caminho a compromissos verificáveis. Em Shenzhen, os três anunciaram a intenção de dialogar. O valor desse compromisso será medido pela continuidade das negociações e pelas medidas que delas resultarem. [1,2]

A promessa de reformar a ONU merece outro exame. Qualquer emenda à Carta exige aprovação e ratificação por dois terços dos membros, com a ratificação de todos os integrantes permanentes do Conselho de Segurança, inclusive França e Reino Unido. A declaração de Shenzhen deixa em aberto como a reforma ampliaria a

CC BY 4.0

representação da África e da América Latina. E, ao colocar as imunidades de autoridades no centro da discussão sobre o Tribunal Penal Internacional, os três suscitam uma questão de princípio: que força terá a justiça internacional se a responsabilização de autoridades depender, na prática, do consentimento dos governos mais poderosos? [1,3]

Quem ganha e quem perde com a união dos três

A China obteve o ganho diplomático mais visível. Xi recebeu os presidentes americano e russo em território chinês e colocou Pequim no centro da discussão sobre segurança internacional. Putin ganhou uma tribuna para se apresentar como interlocutor indispensável enquanto prossegue a guerra na Ucrânia. Trump abriu um canal simultâneo com dois rivais nucleares e ganhou margem para negociar diretamente com ambos. A declaração comum registra convergências pontuais. A continuidade do formato dependerá de como os três administrarem as divergências que levaram à mesa. [1,2]

A Ucrânia e os países europeus têm interesse direto nos termos de qualquer negociação sobre a guerra. Seu poder de influir diminui se as condições forem acertadas de antemão por quem ocupa a mesa. O mesmo vale para países de menor peso militar que dependem da Carta da ONU para defender sua soberania. A população de todos os países pode ganhar com um acordo nuclear verificável. O custo político aparece quando a cooperação em um assunto passa a servir de moeda de troca em outro, sobretudo se estiverem em jogo o território ou a segurança de terceiros.

O Brasil e a América do Sul

A América do Sul já se relaciona com as grandes potências por vias diferentes. Chile e Peru integram a APEC, e o porto peruano de Chancay, inaugurado em 2024 com participação chinesa, exemplifica o alcance dessa relação. A eventual ampliação da oferta de derivados, anunciada em Shenzhen, pode aliviar custos para países importadores, a depender dos volumes e dos preços. Para produtores sul-americanos de petróleo, o efeito sobre a receita dependerá também da evolução do preço do barril. Na mineração, a disputa por cobre e lítio pode atrair investimento. O ganho regional será maior se a extração vier acompanhada de processamento,

CC BY 4.0

fornecedores locais e empregos qualificados. Para a Venezuela, o precedente suscita uma questão imediata. Se as potências levarem para a mesma mesa as negociações sobre petróleo, sanções e segurança regional, quem representará os interesses dos venezuelanos e dos países vizinhos?

O Brasil vende à China volumes expressivos de soja, petróleo e minério de ferro, mantém comércio relevante com os Estados Unidos e tem na Rússia um de seus principais fornecedores de fertilizantes. Essa rede de relações dá margem de negociação a Brasília e também a expõe às decisões dos três. Uma eventual compra chinesa de mais soja americana, por exemplo, pode afetar os embarques brasileiros. Na diplomacia, a declaração dos BRICS no Rio de Janeiro registrou o apoio de China e Rússia a um papel mais relevante do Brasil no Conselho de Segurança. A reforma da ONU anunciada em Shenzhen oferece a Brasília uma ocasião para cobrar que esse apoio se traduza em proposta concreta.

O artigo 4º da Constituição oferece um critério para a atuação brasileira ao afirmar a independência nacional, a autodeterminação dos povos, a solução pacífica dos conflitos e a integração latino-americana. Na prática, o Brasil pode articular posições sul-americanas sobre financiamento de infraestrutura e condições para a exploração de minerais estratégicos. Uma posição comum dá aos países da região mais força para negociar investimentos, exigir salvaguardas ambientais e reter uma parcela maior do valor produzido.

Esquerda e direita na política externa

Esquerda e direita ainda divergem sobre a distribuição de renda, os direitos sociais e a função do Estado. A imagem de Shenzhen, porém, revela os limites desses rótulos na política externa. Donald Trump, eleito pelo Partido Republicano, Xi Jinping, à frente do Partido Comunista Chinês, e Vladimir Putin, que faz do nacionalismo uma marca de seu governo, sentaram-se à mesma mesa para discutir questões de interesse comum. No Brasil, qualquer que seja o governo, as negociações com cada potência devem ser avaliadas pelos benefícios que trazem ao país e pelos compromissos que lhe impõem. Cabe à nossa diplomacia descer do palanque, trabalhar nos bastidores e articular posições com os vizinhos. Shenzhen deixa à América do Sul uma pergunta: teremos força para ajudar a definir as regras que nos afetam ou apenas negociaremos

CC BY 4.0

os termos de sua aplicação?

Publicado em: 20 de novembro de 2026

Disponível em: https://cecgp.com.br/a-cupula-de-shenzhen-e-a-nova-ordem-mundial-por-sergio-tamer/

COMO CITAR

TAMER, Sergio Victor. A cúpula de Shenzhen e a nova ordem mundial. Revista de Estudos Constitucionais e de Gestão Pública, v. 1, n. 1, 2026. Disponível em: https://cecgp.com.br/a-cupula-de-shenzhen-e-a-nova-ordem-mundial-por-sergio-tamer/. Acesso em: 21 nov. 2026.

CC BY 4.0